



A (re)construção da identidade latino-americana no jornal O Globo: a naturalização do atraso¹

Gláucia da Silva Mendes²
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O presente artigo intenta destacar alguns dos traços que vem sendo atribuídos pelo jornal O Globo à identidade latino-americana, diante das transformações regionais provocadas pela ascensão de governos nacionalistas de esquerda. Para tanto, parte-se de uma abordagem construtivista da identidade, na qual esta é concebida como uma instância passível de sofrer modificações ao longo da história, em função de disputas de poder e reconstruções simbólicas. Neste quadro, traça-se uma trajetória que permite vislumbrar como a identidade latino-americana foi construída/reconstruída ao longo dos séculos; levantamento esse indispensável para compreender as construções simbólicas sobre a região recentemente realizadas pelo jornal O Globo em editoriais sobre a política continental.

Palavras-chave

mídia oligopolista; jornalismo; relações de poder; identidade latino-americana

Introdução

A guinada à esquerda empreendida por vários países da América Latina nos últimos anos vem provocando uma inédita reconfiguração política da região: até 2006, mais da metade do território e da população do continente já eram conduzidos por representantes dessa vertente ideológica, tendência que se acentuou ainda mais em 2007, em virtude dos diversos pleitos ocorridos no ano passado.

Como em outros momentos históricos – dos quais o período colonial e os nacionalismos do século XX constituem alguns exemplos –, vê-se hoje uma significativa parcela dos países da região trilhar um caminho similar. Por conseguinte, a idéia de uma identidade latino-americana, forjada em função desses rumos análogos, deve ser recolocada em debate.

Partindo de uma concepção de identidade na qual esta é definida como uma instância que se configura e reconfigura a partir de relações de força, vislumbra-se no

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo

² Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade – linha de pesquisa Comunicação e Identidades - da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: gs_mendes@yahoo.com.br



atual momento latino-americano, caracterizado pelo enfraquecimento do neoliberalismo em prol de ideais nacionalistas, uma fonte potencial de transformações identitárias.

Tendo em vista que, para se constituir, as identidades também dependem de sistemas de representação simbólica, o reconhecimento dos novos traços que, possivelmente, conformam a identidade do subcontinente passa pela investigação do modo como os governos de tendência esquerdista e seus atos são representados.

Considerada, na atualidade, um dos principais meios de construção simbólica, a mídia desponta como um espaço privilegiado para tal observação. Em virtude disso é que o presente artigo propõe-se a analisar discursos sobre os governos latino-americanos de esquerda produzidos pelo jornal O Globo.

O trabalho foca-se no conteúdo discursivo de três editoriais sobre política continental publicados pelo jornal nos meses de janeiro e dezembro de 2006, por ocasião de eleições latino-americanas em que governantes de esquerda saíram vitoriosos. A análise é realizada com base em um referencial teórico segundo o qual o posicionamento ideológico de um grupo social reflete em todos os discursos proferidos por seus representantes – o que, para o estudo em questão, significa dizer que o ponto de vista do jornal, explicitado claramente nos editoriais, porta indícios contundentes sobre o que se passa, seja de forma sutil ou declarada, na construção discursiva dos noticiários.

O papel da mídia na construção de identidades

A realidade é uma construção social e resulta de um processo dialético entre a exterioridade e a interioridade dos sujeitos: ela é modelada e remodelada a partir de uma interação constante entre as estruturas institucionais socialmente estabelecidas e as consciências individuais. A ordem institucional, artificialmente definida mediante a tipificação de determinadas ações, é percebida por sucessivas gerações como uma realidade objetiva e, em função disso, exerce sobre elas um poder coercitivo.

Um mundo institucional (...) é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua memória biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer (...). A biografia do indivíduo é apreendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade. (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.86)



Ao se integrarem a uma coletividade, portanto, os sujeitos são posicionados na estrutural social existente, assumindo determinados papéis e comportamentos. Tais conhecimentos são introjetados ao longo de processos de socialização conduzidos por agentes que desempenham a função de mediadores entre o mundo e o novo ser social. Por conseguinte, a realidade circundante assume contornos bem específicos, provenientes dos filtros pessoais e, sobretudo, de ordem estrutural aplicados pelos intermediários.

Com base na concepção de realidade assim formada é que os indivíduos percebem o mundo e localizam a si mesmos e aos outros nesta instância representativa: o processo de socialização leva-os a interiorizar não só sua própria identidade, como também o *outro generalizado*, ou seja, a estrutura social e as demais identidades que a compõem. As interações sociais estabelecidas ao longo da vida e as demais socializações pelas quais eles passam podem reforçar, mas também modificar ou remodelar tal perspectiva de realidade, bem como as posições de sujeito que a constituem.

Em toda extensão deste inextricável processo, os sistemas simbólicos despontam como um fator de grande relevância. Eles não só oferecem o aparato necessário à institucionalização, abstraindo as experiências de suas ocorrências individuais e incorporando-as a um conjunto de tradições, como também servem de instrumento para a transmissão dos conhecimentos comuns aos novos seres sociais, nos processos de socialização, e para a conservação ou a modificação da realidade subjetiva – visto que as interações simbólicas diárias são as grandes responsáveis pela intensificação e pela atenuação de aspectos da realidade introjetada.

Neste quadro é que o presente artigo insere a discussão sobre a identidade latino-americana. Ele não a trata a partir de uma ótica essencialista, que vislumbra a identidade como um conjunto cristalino, autêntico, de características atemporais e a-históricas compartilhadas pelas sucessivas gerações de uma coletividade (WOODWARD, 2000). A abordagem aqui realizada respalda-se em uma perspectiva construtivista que concebe o Eu - a identidade - em relação com o Outro - a diferença.

De acordo com esta perspectiva, a identidade e a diferença apresentam-se como produtos de um mesmo processo e são engendradas a partir de relações de poder e de construções simbólicas. Por conseguinte, as fronteiras entre o *dentro* e o *fora* não se encontram fixadas: elas estão constantemente em movimento, deslocam-se com frequência. Esta oscilação permanente transforma a identidade em algo instável,



passível de sofrer modificações ao longo da história, em uma “questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’” (HALL, 1990 *apud* WOODWARD, 2000, p. 28).

O esforço para definir a identidade é atravessado por relações de poder, traduz-se em uma disputa por acesso privilegiado a bens simbólicos e materiais existentes na sociedade:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. (...) O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81)

A identidade e a diferença encontram-se, assim, relacionadas em oposições binárias. Dicotomia essa instaurada não com a intenção de separar classes simétricas, mas sim de contrapô-las, atribuindo-lhes diferentes pesos: enquanto um dos termos recebe uma carga positiva, o outro é negativamente valorado.

Por não serem naturalmente estabelecidas, mas sim engendradas a partir de práticas sociais, a identidade e a diferença inserem-se no âmbito da cultura e, enquanto tal, constituem-se – e devem ser compreendidas – a partir das construções simbólicas empreendidas por sistemas de representação cultural.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2000, p. 109)

Assim, quem detém o poder de construção das representações acaba por assumir o controle do processo de definição das identidades (SILVA, 2000). Na atualidade, esse papel é, em grande medida, desempenhado pelos meios de comunicação: “(...) os referenciais de construção e fixação da identidade, que anteriormente tinham uma relação estreita e intensa com as artes e com o próprio folclore, passaram a ser definidos fundamentalmente no discurso midiático (...)” (FALABELLA, 2003, p. 109). Em virtude disso, a análise do modo como as identidades são construídas passa hoje pela observação dos conteúdos midiáticos.

Como as construções identitárias são regidas por relações de poder, a análise dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação deve levar em conta as condições de produção discursiva, os fatores externos que deixam marcas no texto. Um importante



aspecto a ser considerado nesse sentido é o reflexo da atual conformação do setor midiático sobre a produção jornalística.

O advento do neoliberalismo e da globalização provocou a reestruturação da indústria de comunicação, em praticamente todo o planeta, segundo os princípios da concentração oligopolista em setores de ponta e da internacionalização. A combinação das duas variáveis vem resultando na formação de megaconglomerados de mídia transnacionais, que estendem cada vez mais sua área de atuação.

Se, por um lado, a formação de redes dessa natureza desponta como uma estratégia de fortalecimento das grandes empresas de comunicação no mercado global, por outro, ela dificulta a emergência e a sobrevivência de pequenas e médias organizações no ramo e, assim, compromete a pluralidade de visões sobre o mundo: “a concentração e a conglomeração deitam raízes, dificultando cada vez mais o equilíbrio de forças no campo da comunicação e, por extensão, a pluralidade de visões de mundo que emergiria com fontes informativas descentralizadas.” (MORAES, 1998, p. 105)

A consequência imediata dessa reconfiguração do setor midiático, no jornalismo, é a formação de um ambiente favorável à elaboração de produtos noticiosos calcados na visão de mundo que mantém a ordem estabelecida. Propensão essa que encontra suas raízes na questão ideológica: enquanto manifestação de indivíduos pertencentes a grupos sociais, cujos posicionamentos determinam a visão de mundo de seus membros, todo e qualquer discurso – inclusive o jornalístico – é ideologicamente marcado. “A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva (...) É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos.” (FIORIN, 2004, p. 32). Logo, o discurso produzido pela mídia oligopolista provavelmente é marcado pelas posições hegemônicas.

As determinantes ideológicas que incidem sobre o discurso encontram-se arraigadas tanto a estruturas sintáticas quanto às redes de temas e figuras traçadas no interior do texto com o propósito de construir a trama significativa.

Há no discurso o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor (...)

O campo das determinações inconscientes é a semântica discursiva, pois o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ser do mundo numa dada formação social (...) (FIORIN, 2004, p. 18-19)

A identidade latino-americana ao longo da História

Tendo em vista que os processos de constituição identitária envolvem relações de poder e construções simbólicas, falar em identidade latino-americana implica remontar à época colonial e traçar uma trajetória que se estende até os dias atuais, observando como os diferentes períodos históricos operaram a re-significação do termo, a partir da conservação de determinados traços e da negociação, exclusão e inclusão de outros.

A descoberta e a colonização da América Latina marcam um ponto de inflexão no destino do subcontinente que seria decisivo na construção de sua identidade. O encontro entre europeus e índios, povos portadores de culturas díspares, até antagônicas em certos aspectos, é tido como o momento inicial das transformações que conduziram à idéia de um modo latino-americano de “ser”.

Ao se deparar com homens despojados de quaisquer vestes e dotados de hábitos incompatíveis com os de sua terra-natal, os europeus que chegaram à América nos séculos XV e XVI julgaram, sob a lente de sua cultura, estar diante de povos atrasados e arrogaram-se a tarefa de trazê-los à civilização.

O que se seguiu foi uma tentativa de reproduzir o ambiente europeu no além-mar, desde suas características físicas até as espirituais. A construção de cidades à moda européia, o enquadramento dos indígenas no sistema de trabalho mercantilista / capitalista, a imposição das línguas espanhola e portuguesa e da religião católica foram algumas das formas de dominação que procuraram impor às comunidades nativas da América objetos, valores, idéias e sentimentos próprios dos povos europeus.

Apesar da força coercitiva que a transformação da América Latina adquiriu, ela não pode ser lida como um simples processo de aculturação. Tal interpretação encobriria a complexidade do momento, expressa nas trocas, nas hibridações culturais que ocorreram em ambos os lados.

Como os prisioneiros de um labirinto, atores ameríndios e europeus avançam pé ante pé, resolvendo progressivamente as dificuldades e as escolhas que se oferecem a eles. (...) Há que resolver tanto as questões mais vitais como as mais triviais: saber inventar rituais indígenas sem sacrifício humano – visto que agora estão proibidos – e combinar a carne de porco, uma novidade da Europa, com molhos e condimentos indígenas. Desde o alto das pirâmides



até o fundo das cozinhas, adaptações, compromissos e mudanças se sucedem. (GRUZINSKI, 2001, p. 90-91)

Se, por um lado, as mestiçagens permitiram preservar traços da cultura subjugada, por outro, elas também favoreceram a hegemonia do dominador, como atesta o processo de hibridação religiosa: “(...) ao moldar a religião dos colonizadores à sua própria semelhança, os povos indígenas consentiam mais facilmente com a ideologia básica da colonização e, portanto, passavam mais firmemente para o controle espanhol.” (CHASTEEN, 2001, p. 66)

A aceitação da realidade do dominador pelos povos colonizados, assim instaurada, perpetuou-se para além da independência dos países latino-americanos. Embora neste momento histórico tenha sido concebida a primeira idéia patriótica da região – o nativismo, que pregava a definição da identidade pelo local de nascimento e a valorização das mestiçagens próprias do continente -, a proeminência de uma outra vertente política – a corrente liberal – garantiu a continuidade dos rumos assumidos pela colônia.

Liderado pela elite crioula, o liberalismo não só consolidou os parâmetros europeus de “civilização” já vigentes no continente – como a língua e as leis dos colonizadores ibéricos -, como também implantou uma nova etapa de submissão, substituindo a velha versão colonial por uma nova idéia hegemônica: o Progresso. Desviando seus olhares das agora decadentes nações colonizadoras – Espanha e Portugal – em direção aos novos centros desenvolvidos – Inglaterra, França e Estados Unidos -, eles revitalizaram a oposição binária atraso / progresso, em que o latino-americano encarna o termo menos valorizado, instaurando uma nova relação de dependência.

Para trilhar os caminhos do Progresso, os liberais promoveram uma reorganização cultural e econômica da região:

As grandes cidades latino-americanas perderam as pedras de cantaria coloniais, as paredes de emboço branco e os telhados de telhas vermelhas, tornando-se metrópoles modernas, comparáveis aos gigantes urbanos de qualquer parte. Bondes sacolejavam, telefones tilintavam e filmes mudos tremeluziam de Montevideu e Santiago à Cidade do México e Havana. As ferrovias multiplicaram-se fabulosamente, assim como as exportações de açúcar, café, cobre, cereais, nitrato, estanho, cacau, borracha, bananas, lã e tabaco. (CHASTEEN, 2001, p. 149)

Enquanto os liberais dedicavam-se ao seu empreendimento, a força nacionalista gestada pelo pensamento nativista ia conquistando novos adeptos, até que, nas primeiras décadas do século XX, o movimento ganhou, por fim, grande projeção no continente: seus ideais de celebração dos valores nacionais passaram a ser adotados, em boa parte da região, como parâmetros na tardia constituição de Estados-Nação.

A condição mestiça do povo latino-americano ascende ao centro do debate. A busca por valores próprios, em contraposição à subserviência até então existente em relação à cultura européia, exige o reconhecimento do caráter plural do continente. “Surge, assim, um novo nacionalismo, baseado na idéia de uma *cultura nacional*, que seria a síntese da particularidade cultural e da generalidade política, da qual as diferentes culturas étnicas ou regionais seriam expressão.” (BARBERO, 1997, p. 217)

Para desenvolver esse projeto de Nação foi instaurado um Estado forte e centralizador. Em muitos países, ele acabou por assumir um caráter populista, expresso principalmente na personificação do líder, na adoção de medidas paternalistas em relação às classes populares e na sustentação de uma retórica de crítica radical às oligarquias e ao imperialismo econômico.

Ao Estado foi delegada a tarefa de constituir e consolidar a comunidade imaginada nacional. O discurso unificador assim constituído procurou cristalizar determinados elementos culturais como características nacionais imutáveis, inscrevendo-os em uma tradição que seria reiterada cotidianamente em narrativas capazes de conectar a vida dos cidadãos a um destino nacional, vislumbrado como uma realidade preexistente ao indivíduo, que continuaria existindo mesmo após a morte deste. A adoção dessa postura conduziu à absorção nacional de algumas diferenças culturais e à folclorização de outras.

Onde a diferença cultural é grande e incontornável, a originalidade é deslocada e projetada sobre o conjunto da Nação. Onde a diferença não é tão ‘grande’ a ponto de constituir-se como patrimônio nacional, ela será folclorizada, oferecida como curiosidade aos estrangeiros. (BARBERO, 1997, p. 218)

A introjeção da comunidade imaginada na consciência dos indivíduos que compunham a Nação e a vivência da unidade invisível por ela proposta foi possível, em grande medida, graças à atuação dos meios de comunicação de massa. Apresentando-se como porta-vozes dessa interpelação nacional, “o cinema, em alguns países, e o rádio,



em quase todos, proporcionaram aos moradores das regiões e províncias mais diversas uma primeira vivência cotidiana da Nação.” (BARBERO, 1997, p. 230)

Dentro do projeto de valorização do nacional, também coube ao Estado a função de promover a industrialização, a partir de um modelo autônomo de substituição de importação, que permitiria aos países sair da sombra neocolonial e controlar o próprio destino. Processo esse que foi acompanhado pela implementação de medidas protecionistas, como a manipulação das taxas de câmbio, a criação de leis trabalhistas, a fixação de preços e o estabelecimento de controle estatal sobre indústrias-chave e serviços públicos e bancários.

Apesar das limitações apresentadas, o nacionalismo promoveu mudanças significativas na realidade latino-americana. Pela primeira vez, os países da região conseguiram suprir, com recursos próprios, demandas internas de bens industrializados e promover a valorização da cultura local, mesmo nos altos escalões da sociedade. Conseguia-se, enfim, alcançar uma certa independência em relação ao “centro do mundo”.

Independência que países centrais – nesta época, especialmente, os Estados Unidos – logo procuraram refrear. Diante do recrudescimento das posições nacionalistas, alimentado principalmente pelo conceito marxista de combate ao “imperialismo econômico” e ao estilo de vida por ele proposto, a nação norte-americana tratou de reconfigurar as relações de poder com o Novo Mundo: ela concedeu apoio político e financeiro aos Exércitos das nações sulinas para que estes insturassem governos aliados.

As ditaduras militares que emergiram dessa aliança caracterizaram-se pela adoção de um estilo autoritário, marcado pela supressão da democracia e pela repressão violenta dos “inimigos do regime”. Em termos econômicos, é possível dizer que esses governos ainda possuíam certas preocupações nacionalistas: eles também se dedicaram à industrialização de seus países, implantando especialmente fábricas de bens de consumo duráveis.

A grande diferença é que esse desenvolvimento não se pretendia autônomo. Ao contrário dos nacionalistas de meados do século, que se utilizaram de recursos próprios para promover a industrialização, os militares valeram-se largamente de investimentos estrangeiros, como exemplifica o caso brasileiro: “o governo militar brasileiro contraiu empréstimos de bilhões de petrodólares para sustentar seu impulso desenvolvimentista.” (CHASTEEN, 2001, p. 235)

Este não foi o único aspecto da subordinação externa da industrialização nacional conduzida pelos militares. As indústrias instaladas em território latino-americano neste período também reproduziram o modelo econômico levado a cabo pelas nações desenvolvidas, calcado na produção massiva de bens de consumo, e, com isso, introduziram na região as bases da cultura consumista em voga no Primeiro Mundo.

Tal processo foi acompanhado de perto pela propagação midiática do estilo de vida dos países situados no centro do capitalismo. “O *estilo de vida* das nações desenvolvidas e ricas torna-se conhecido através de filmes, revistas, publicidade, folhetos etc., que são importados e introduzidos *livremente* pelos países dependentes.” (GUARESCHI, 2001, p. 69). Preparava-se, desta forma, terreno para o que viria a ser a tendência hegemônica na América Latina pós-anos 90: a importação do consumismo norte-americano.

As provações vivenciadas pela região em função das dívidas externas contraídas durante as ditaduras militares fizeram com que os princípios neoliberais fossem vislumbrados como uma nova alternativa para a modernização do subcontinente. Por conseguinte, os ideais nacionalistas perseguidos nas últimas décadas tornaram-se anacrônicos e cederam espaço para a nova onda neoliberal, que vinha acompanhada das propostas de globalização econômica e cultural.

O enfraquecimento dos Estados-Nação da região, provocado pela adoção desses preceitos liberalizantes e globalizantes, conduziu ao desmonte das estruturas criadas com o propósito de atingir “independência econômica”. Privatizações entregaram à livre mão do mercado, comandado sobretudo por empresas multinacionais, indústrias e serviços até então conduzidos pelo poder estatal.

Também a identidade nacional vem sofrendo os impactos dessa mudança. Como “o Estado não estaria mais apto a cumprir seu papel mobilizador e cristalizador da identidade de grupo, em termos de produção de sentido e de organização do imaginário coletivo (...)” (ELHAJJI, 1999 *apud* FALABELLA, 2003, p. 118) e a globalização levava a todos os cantos do planeta os hábitos consumistas das ricas sociedades, as nações latino-americanas viram-se novamente invadidas pela cultura dos países dominantes. Essa nova propagação dos valores e ideais do centro capitalista vem sendo realizada, sobretudo, pelos meios de comunicação:

Os meios de comunicação e toda a ação da Internet são os principais responsáveis pelo trânsito dos discursos de centro e exercem seu domínio através do imaginário e do virtual, evangelizando diariamente as pessoas, que passam a adquirir um modo de viver e de pensar de acordo com os modelos configurados por essas mídias. É nesse ponto que as sociedades periféricas se tornam presas fáceis para a ação das forças neocolonizadoras, ou melhor dizendo, *hipercolonizadoras* por essa articulação voraz e implacável das mídias, que exercem seu papel na manutenção do discurso dominador de forma avassaladora. (FALABELLA, 2003, p. 120)

O jornal O Globo e a identidade latino-americana

A abertura do setor de comunicação latino-americano aos investimentos externos, na passagem dos anos 80 aos 90, transformou a região em uma das principais partes do mundo em que se propaga o modelo de entrelaçamento empresarial midiático. Na atualidade, a situação assume os seguintes contornos: “(...) a conglomeração tende a agravar-se na América Latina, unindo investidores internacionais a grupos multimídias regionais. A rota vem sendo pavimentada por fusões e alianças estratégicas.” (MORAES, 1998, p.100)

Embora esteja disseminado por todo o continente, tal processo é mais marcante em algumas nações, como o Brasil. Hoje, mais de 90% dos grupos privados de comunicação do país são comandados por apenas nove clãs, dentre os quais se destacam as famílias Marinho, proprietária das Organizações Globo; Civita, detentora do grupo Abril; e Frias, responsável pelo grupo Folha. De todos, o conglomerado Globo é o que detém o maior patrimônio: ele conta hoje com mais de 100 empresas e figura entre as 12 maiores corporações brasileiras (MORAES, 1998).

O segmento de comunicação das Organizações Globo – constituídas por empresas de diversos ramos – começou a se formar em 1965, com a inauguração da Rede Globo de Televisão. Desde então, o grupo passou a realizar investimentos crescentes em rádio, jornal impresso, mercado editorial e TV por assinatura, transformando-se, ao longo dos anos, no conglomerado de mídia mais influente do Brasil. Uma vez consolidada no cenário nacional, a megacorporação vem realizando alianças e investimentos externos, com a intenção de obter a liderança também do mercado latino-americano de comunicação.

Nesta realidade é que se insere O Globo. O jornal, considerado um dos quatro maiores do Brasil em termos de circulação, apresenta-se como um representante dos oligopólios midiáticos transnacionais que vêm dominando o cenário mundial das

comunicações. Diante de tal fato, surge uma questão: como esse periódico, que se integra a uma engrenagem com fortes vínculos transnacionais, representa simbolicamente os governos de esquerda da América Latina, muitas vezes regidos por intenções nacionalistas?

O esforço do presente trabalho é coligir dados que permitam delinear uma resposta para esse questionamento, partindo da observação de três editoriais de O Globo que versam sobre a recente reconfiguração de forças na região, provocada pela ascensão de vários governos nacionalistas de esquerda. Os textos foram publicados nos meses de janeiro e dezembro de 2006, em função das eleições da Bolívia e da Nicarágua, da Venezuela e do Equador, respectivamente.

Haja vista a limitação do objeto de análise, o presente artigo não tem a intenção de realizar asserções conclusivas sobre a representação dos governos latino-americanos de esquerda realizada pelo jornal. Ele almeja evidenciar alguns dos traços identitários atribuídos a essas administrações, que podem estar constantemente presentes não só nos editoriais como também na própria produção noticiosa de O Globo, servindo, assim, de subsídio para estudos posteriores.

A análise do material selecionado demonstra que a (re)construção da identidade latino-americana realizada pelo periódico, em função desse novo momento histórico, resgata alguns elementos já utilizados para compor o imaginário sobre a região. Duas dessas marcas, fortemente presente nos editoriais são as relações dicotômicas colonizados/colonizadores e atraso/progresso.

Para começar, o próprio rompimento com os princípios neoliberais, a favor de uma política nacionalista, é justificado com base na oposição colonizados/colonizadores, como uma espécie de revanchismo dos dominados. “Em países de forte presença indígena, como Peru e Bolívia, o impulso esquerdizante tem um elemento de rebeldia contra a dominação dos descendentes de europeus. Em geral, nota-se um anti-americanismo míope (...) (ROTA ..., 2006b)

Tal argumento é complementado pela aproximação entre os governos de esquerda e os nacionalismos de meados do século XX que, conforme já mencionado, caracterizavam-se pelo desejo de romper com a dependência externa. O resgate e o acoplamento dessa imagem àquela que se constrói sobre os atuais governos de esquerda ocorre a partir da utilização de expressões como “nacional-populismo” (ROTA ..., 2006a) e “salvador da pátria” (SEDUÇÃO ..., 2006) que, se antes caracterizavam os primeiros, hoje são reapropriadas para falar dos últimos.

Esse *olhar para dentro* em lugar de seguir as nações desenvolvidas acaba adquirindo o significado de uma opção pela continuidade e pelo aprofundamento do atraso, como atestam os títulos de dois editoriais: “Rota do fracasso” (ROTA ..., 2006b) e “Rota da pobreza” (ROTA ..., 2006a) são os caminhos que, segundo O Globo, esses países estão trilhando. Intervenção estatal e pobreza são apresentados, em um desses editoriais, como fatores vinculados a partir de uma relação direta, na qual intervém também um terceiro elemento: a corrupção. “Estatização, corrupção e pobreza *não andam juntos por acaso*” (ROTA ..., 2006a) (grifo nosso).

A equação “excesso de intervenção estatal, corrupção, baixo crescimento econômico e pobreza” é montada a partir da justaposição de argumentos de autoridade. A recorrência a essa estratégia de construção textual confere credibilidade e concretude às associações, retirando-as do âmbito meramente discursivo e procurando situá-las no que poderia ser chamado de esfera dos fatos dados. Assim, por exemplo, a afirmação do economista Armando Castelar, do Ipea, de que “(...) quanto maior a regulação, mais dificuldades são criadas ao empreendedorismo e, portanto, maiores são as chances de prosperar o negócio da venda de facilidades pelo burocrata estatal” remete a uma ligação natural, e não simbolicamente construída, entre as três variáveis.

No lado diametralmente oposto ao nacionalismo, O Globo situa o neoliberalismo. Se o primeiro representa um retrocesso, o receituário do Consenso de Washington é visto pelo jornal como uma alternativa que veio para “(...) tirar a região do atraso secular em que vivia e conduzi-la à prosperidade material de que os Estados Unidos talvez fossem o exemplo mais conspícuo e invejado” (ROTA ..., 2006b).

Nesta sentença, é possível perceber claramente a retórica civilizatória / modernizadora que permeou praticamente todo o processo de constituição da identidade latino-americana: a região sendo definida a partir da imitação dos modelos de nações desenvolvidas. Interessante também é notar, na assertiva supracitada, como o *atraso* adquire o status de uma característica natural. Em vez de ser vislumbrado como fruto de uma construção social e simbólica, marcada por relações de força desiguais, ele é apontado como um atributo concreto que, há séculos, encontra-se inerente à latinoamericanidade.

A estreita associação entre neoliberalismo e desenvolvimento é ilustrada pelo jornal a partir de um exemplo latino-americano: o Chile. O país, que foi o primeiro da região a implementar as medidas propostas pelo Consenso de Washington – as reformas econômicas neoliberais no Chile começaram ainda no período ditatorial, orientadas por

economistas da Escola de Chicago -, é definido como “(...) a mais aberta das economias regionais e não por acaso a de desenvolvimento mais equilibrado, rápido e constante.” (ROTA ..., 2006a) (grifo nosso).

Outro traço recuperado do passado para compor a imagem dos governos de esquerda é o autoritarismo. O jornal recorre a lembranças da ditadura para classificar algumas das atitudes das atuais administrações. Neste quadro, por exemplo, a supressão da democracia no continente por generais serve de parâmetro para a interpretação de atos como o de Evo Morales, que “de uma tacada, driblou o bloqueio da oposição no Senado e conseguiu aprovar sua reforma agrária, contestada pelos proprietários rurais, que ameaçara adotar por decreto (...)” (SEDUÇÃO ..., 2006).

É importante notar que o autoritarismo também aparece como o elemento de uma dicotomia: a oposição autoritarismo/democracia. Se, nos editoriais, os governos de esquerda são identificados com o termo menos valorizado, quem encarna o de maior valor? O jornal procura estabelecer uma relação direta entre esse último e o neoliberalismo, como demonstra a explanação sobre o fim da ditadura: “com a democratização, a América Latina foi tomada *quase de imediato* pela vaga do ‘neoliberalismo’ (...)” (ROTA ..., 2006b) (grifo nosso).

Verifica-se nesta análise que os governos de esquerda são caracterizados pelo jornal a partir de uma relação com um Outro, tido como superior. Esse processo de diferenciação, conforme exposto no presente artigo, é regido por relações de força nas quais o detentor do poder de construção das representações assume o controle sobre a definição da identidade e da diferença.

Considerando que O Globo encontra-se integrado a uma megacorporação de mídia impulsionada pelos princípios neoliberais, pode-se afirmar que ele adota a posição desse grupo, agindo como um *hipercolonizador*, que procura, assim como os colonizadores do passado, impor à América Latina uma identidade marcada por defeitos. Anomalias essas que muitas vezes são apresentadas como características naturais, e não como construções simbólicas, que só podem ser corrigidas a partir da imitação das também naturais características das nações desenvolvidas, hoje intimamente associadas ao neoliberalismo.

Referências bibliográficas



BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FALABELLA, Márcia Cristina Vieira. América Latina: um continente mestiço. In. _____ **Globalismo e localismo na identidade teatral**. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FIORIN, José Luis. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Princípios)

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & Poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MORAES, Dênis de. **Planeta mídia**; tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998, 287p.

ROTA da pobreza. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 dez. 2006a, Editorial.

ROTA do fracasso. **O Globo**. Rio de Janeiro, 4 jan. 2006b, Editorial.

SEDUÇÃO autoritária. **O Globo**. Rio de Janeiro, 3 dez. 2006, Editorial

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. _____ (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.